



**SENADO FEDERAL**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
**Nº 86, DE 2008**  
(nº 7.474/2006, na Casa de origem)

Institui o Dia Nacional da  
Assistência Farmacêutica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Assistência Farmacêutica, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 15 de setembro.

Art. 2º No Dia Nacional da Assistência Farmacêutica, deverão ser realizadas atividades comemorativas envolvendo o Sistema Único de Saúde em todos os níveis de governo e os estabelecimentos oficiais de ensino, com o objetivo de promover a conscientização da população, proporcionando adequado esclarecimento e divulgação aos estudantes, aos profissionais de saúde e às pessoas em geral quanto aos temas relacionados com a Assistência Farmacêutica.

Parágrafo único. As atividades comemorativas poderão ser realizadas em cooperação com outras instituições públicas ou privadas, incluindo entidades civis.

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

## **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.474, DE 2006**

**Institui o Dia Nacional da Assistência Farmacêutica;**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Assistência Farmacêutica, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional, no dia 15 de setembro.**

**Art. 2º No Dia Nacional da Assistência Farmacêutica deverão ser realizadas atividades comemorativas envolvendo o Sistema Único de Saúde em todos os níveis de governo e os estabelecimentos oficiais de ensino, com o objetivo de promover a conscientização da população, proporcionando adequado esclarecimento e divulgação aos estudantes, profissionais de saúde e às pessoas em geral, quanto aos temas relacionados com a Assistência Farmacêutica.**

**Parágrafo Único.** As atividades comemorativas poderão ser realizadas em cooperação com outras instituições públicas ou privadas, incluindo entidades civis.

**Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.**

### **JUSTIFICAÇÃO**

A saúde no Brasil e em particular, o setor farmacêutico tem passado por importantes transformações nos últimos quinze anos, destacando-se entre elas, a criação do Sistema Único de Saúde, a aprovação da Política Nacional de Medicamentos, a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Lei de Genéticos, a realização da Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, a aprovação do Plano Nacional de Saúde e, mais recentemente, a aprovação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica pelo Conselho Nacional de Saúde.

A Constituição da República do Brasil de 5 de outubro de 1988, ao contemplar a idéia defendida pelo Movimento da Reforma Sanitária de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, deixou implícito o acesso a medicamentos como uma obrigação do Sistema Único de Saúde – SUS, e explicita a responsabilidade pública sobre a qualidade da produção e comercialização de medicamentos no país.

O dever de garantir o acesso universal e isonômico às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde e a necessidade de reduzir o risco de doença e de outros agravos por meio de políticas sociais e econômicas, apontam para uma política de assistência farmacêutica capaz de equacionar a eficiência do sistema de distribuição de medicamentos e a promoção do uso racional desses produtos com as necessidades epidemiológicas e sanitárias da população, em busca da solução das ações de saúde e do pleno exercício desse direito fundamental do ser humano.

A assistência farmacêutica, na atualidade, devido ao papel que os medicamentos alcançaram na terapêutica contemporânea e aliado ao caráter essencial desses produtos para a saúde e para a vida da população, não se limita a aquisição e distribuição de medicamentos. O acesso racional pressupõe o acesso ao medicamento adequado para uma finalidade específica, em quantidade, tempo e dosagem suficientes para o tratamento correspondente, sob a orientação e a supervisão de profissional qualificado, incluindo o recebimento de informações e o acompanhamento dos resultados inerentes à atenção à saúde. Sem tais características, o acesso a medicamentos se torna irracional e indiscriminado, distanciando-se de sua finalidade terapêutica, com sérios riscos para a saúde e a vida da população.

Em que pese todos os esforços, muitos desafios ainda permanecem quando o assunto é o direito universal e integral à saúde. Apesar de ser extremamente importante para a sociedade, as conquistas e os avanços obtidos com relação à Assistência Farmacêutica no país ainda são pouco conhecidos pela população em geral e até mesmo pelos profissionais de saúde.

Para expandir o conhecimento dessas conquistas e avanços e eliminar nas barreiras culturais existentes com relação a esse direito, é necessário difundir informações sobre o acesso aos medicamentos, bem como sobre o seu uso correto e riscos relacionados.

A instituição e a comemoração do Dia Nacional da Assistência Farmacêutica, com a realização de palestras, debates e discussões relacionados ao tema, são fundamentais e possuem o objetivo de promover a conscientização da população, proporcionando uma adequada informação aos estudantes, profissionais de saúde e às pessoas em geral, em busca da concretização desse direito.

O dia 15 de setembro foi escolhido por ter marcado o início da I Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica do país, realizada em Brasília entre os dias 15 e 18 de setembro de 2003.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 2006.

**Deputado Arlindo Chinaglia**

*(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)*

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 4/06/2008.

**Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF**  
**(OS:13267/2008)**